



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 01/10/2018

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Empresarial II
Prof: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 01

A sociedade empresária, como pessoa jurídica, é sujeito de direito personalizado. Posta a premissa, é FALSA a consequência seguinte:

- a) a responsabilização patrimonial, solidária e direta dos sócios, em relação aos credores, pelo eventual prejuízo causado pela sociedade.
- b) sua titularidade negocial, ou seja, é ela quem assume um dos pólos na relação negocial.
- c) sua titularidade processual, isto é, pode demandar e ser demandada em juízo.
- d) sua responsabilidade patrimonial, ou seja, tem patrimônio próprio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio individual de seus sócios.

Questão 02

Analise as seguintes proposições acerca da sociedade em conta de participação:

I. Com a inscrição do seu contrato social no registro competente, adquire personalidade jurídica.

II. A atividade constitutiva do seu objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante, em nome individual e sob responsabilidade própria e exclusiva dele.

III. Sua constituição independe de qualquer formalidade e se prova por todos os meios de direito.

IV. É dissolvida de pleno direito em caso de falência do sócio participante. V. É regida subsidiariamente pelas normas que disciplinam a sociedade simples, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.

Questão 03

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Civil, a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

I. nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas.

II. denominação, objeto, sede e prazo da sociedade.

III. capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.

IV. a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas.

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) I, II, III e IV.

Questão 04

Na cláusula décima do contrato social de Populina Comércio de Brinquedos Ltda., ficou estabelecido que: “qualquer título da quota de qualquer dos sócios depende da oferta prévia aos demais sócios (direito de preferência) nas mesmas condições da oferta a não sócio. Caso, após o decurso de 30 (trinta) dias, não haja interessado, o cedente poderá livremente realizar a cessão da quota a não sócio”. Tendo em vista as disposições do Código Civil acerca de cessão de quotas na sociedade limitada, assinale a afirmativa correta.

- a) A cláusula é integralmente válida, tendo em vista ser lícito aos sócios dispor no contrato sobre as regras a serem observadas na cessão de quotas.
- b) A cláusula é nula, porque não é lícito aos sócios dispor no contrato sobre a cessão de quotas, eis que ela depende sempre do consentimento dos demais sócios.
- c) A cláusula é ineficaz em relação à sociedade e a terceiros, porque o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a outro sócio, independentemente da audiência dos demais.
- d) A cláusula é válida parcialmente, sendo nula na parte em que autoriza a cessão a não sócio, eis que ela depende sempre do consentimento de três quartos do capital social.

Disciplina: Direito Administrativo I Prof: Nelson Oberlander

Questão 05

Com relação ao conceito de Direito Administrativo, assinale a opção que congrega de forma correta os elementos que o compõem.

- a) () Direito Administrativo pode ser traduzido pelo conjunto de normas e princípios que organizam a relação jurídica exclusivamente entre os próprios componentes da Administração Pública.
- b) () Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que estuda princípios e normas reguladores do exercício da função administrativa.
- c) () Direito Administrativo é um conjunto de princípios e normas que não alberga a noção de bem de domínio privado do Estado.
- d) () Direito Administrativo sintetiza-se no conjunto harmônico de normas e princípios que regulam exclusivamente as relações jurídicas administrativas entre o Estado e o particular.

Questão 06

Quando o Estado, por seus procuradores, insiste em apresentar recursos judiciais meramente procrastinatórios, diz -se que tal proceder:

- a) () Reflete o atendimento ao interesse público primário, eis que o Estado não pode abrir mão do seu direito de ação.
- b) () É fruto do princípio da indisponibilidade do interesse público primário.
- c) () Pode atender ao interesse público secundário, mas não ao primário.
- d) () É fruto do princípio da supremacia do interesse público.

Questão 07

A Administração Pública, considerada em sentido objetivo, ou seja, no efetivo exercício da função administrativa, pratica diversas atividades voltadas a consecução de suas finalidades. Não engloba estas atividades:

- a) () Polícia Administrativa.
- b) () Elaboração legislativa, com caráter inovador.
- c) () Serviço Público.
- d) () Fomento a atividades privadas de interesse público.

Questão 08

A interpretação das normas de direito administrativo, embora não refratária à aplicação analógica das regras do direito privado, singulariza-se pelos elementos indicados a seguir:

- a) () presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos.
- b) () revogabilidade e anulabilidade dos atos administrativos, por motivos de conveniência ou oportunidade, insuscetíveis de avaliação judicial.
- c) () disponibilidade dos interesses públicos, em razão do poder discricionário atribuído a todos os agentes públicos.
- d) () desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados.

Questão 09

Ente administrativo autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas. Esse é o conceito de:

- a) () Autarquia.
- b) () Empresa Pública.
- c) () Sociedade de Economia Mista.
- d) () Fundação.

Questão 10

Em relação às Sociedades de Economia Mista, assinale a alternativa correta.

- a) () São criadas mediante lei específica.
- b) () Possuem personalidade jurídica de Direito Público.
- c) () Regem-se pelas normas das sociedades mercantis.
- d) () São criadas exclusivamente para exercer atividade econômica.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV

Prof^a: Juliana Soler

Questão 11

Vênus, recebeu de boa-fé, como troco de um pagamento de Marte, uma nota de cinquenta reais falsa, após alguns dias Vênus ao perceber que a nota era falsa, e almejando não ficar no prejuízo, se dirigiu a Farmácia 100% saúde, local onde restituiu a nota à circulação. A conduta de Vênus é:

- a) Atípica, vez que recebeu a nota de boa-fé.
- b) Típica, configurando o crime de moeda falsa, previsto no caput do artigo 289 do Código Penal.
- c) Típica, configurando o crime de moeda falsa, previsto no caput do artigo 289 do Código Penal, de Competência da Justiça Federal.
- d) Típica, configurando o crime de moeda falsa privilegiado, previsto no parágrafo segundo do artigo 289 do Código Penal.

Questão 12

“Aquele que insere ou faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do Empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita”, comete o crime de:

- a) Uso de documento falso
- b) Falsificação de Documento Público.
- c) Falsidade Ideológica
- d) Falsificação de Documento Particular.

Questão 13

Segundo o Código Penal, aquele que, na folha de pagamento, insere ou faz inserir pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório, comete o crime de:

- a) Atentado contra a liberdade do contrato de trabalho.
- b) Sonegação previdenciária.
- c) Falsificação de Documento Público.
- d) Falsificação de Documento Particular

Questão 14

Joana falsificou um cartão de crédito em nome de seu irmão Lucio, a conduta de Joana, configura o crime de:

- a) Crime de Moeda Falsa
- b) Falsificação de Documento Público
- c) Falsidade ideológica
- d) Falsificação de Documento Particular.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos II Prof ^a .: Ana Carla Ferraz

Questão 15

Tenório, brasileiro, solteiro, advogado, sem que tenha qualquer impedimento para doar a casa de campo de sua livre propriedade, resolve fazê-lo, sem quaisquer ônus ou encargos, em benefício de Lurdes, sua amiga, também absolutamente capaz. Todavia, no âmbito do contrato de doação, Tenório estipula cláusula de reversão por meio da qual o bem doado deverá se destinar ao patrimônio de Oscar, irmão de Tenório, caso Oscar sobreviva à donatária. A respeito dessa situação, é correto afirmar que

- a) diante de expressa previsão legal, não prevalece a cláusula de reversão estipulada em favor de Oscar.
- b) no caso, em razão de o contrato de doação, por ser gratuito, comportar interpretação extensiva, a cláusula de reversão em favor de terceiro é válida.
- c) a cláusula em exame não é válida em razão da relação de parentesco entre o doador, Tenório, e o terceiro beneficiário, Oscar.
- d) diante de expressa previsão legal, a cláusula de reversão pode ser estipulada em favor do próprio doador ou de terceiro beneficiário por aquele designado, caso qualquer deles, nessa ordem, sobreviva ao donatário.

Questão 16

Silvana, maior e capaz, decide doar, por instrumento particular, certa quantia em dinheiro em favor de seu sobrinho, Lucas, maior e capaz, caso ele venha a se casar com Fernanda. Silvana faz constar, ainda, cláusula de irrevogabilidade da doação por eventual ingratidão de seu sobrinho. Lucas, por sua vez, aceita formalmente a doação e, poucos meses depois, casa-se com Fernanda, conforme estipulado. No dia seguinte ao casamento, ao procurar sua tia para receber a quantia estabelecida, Lucas deflagra uma discussão com Silvana e lhe dirige grave ofensa física.

A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Lucas

- a) não deve receber a quantia em dinheiro, tendo em vista que a doação é nula, pois deveria ter sido realizada por escritura pública.
- b) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de o instrumento de doação prever cláusula de irrevogabilidade por eventual ingratidão.
- c) não deve receber a quantia em dinheiro, pois dirigiu grave ofensa física à sua tia Silvana.
- d) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de ter se casado com Fernanda e independentemente de ter dirigido grave ofensa física a Silvana.

Questão 17

Considerando um contrato de locação urbana, assinale a alternativa correta.

- a) Morrendo o locador, a locação é extinta, estipulando-se prazo de 90 dias para o locatário desocupar o imóvel.
- b) Em caso de dissolução da união estável, a locação residencial prosseguirá automaticamente com o companheiro que permanecer no imóvel.
- c) É livre a convenção do aluguel, podendo ser estipulado em moeda estrangeira quando o locador for pessoa jurídica sediada fora do país.
- d) O locatário poderá exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel no caso de venda por decisão judicial.

Questão 18

Com relação ao contrato de empréstimo, podemos dizer que pode ser gratuito ou oneroso, do qual são espécies o mútuo e o comodato. Neste, certo é que o comodatário é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos (Código Civil, art. 582). A partir daí, tendo em vista as normas civis que disciplinam o comodato, é correto afirmar:

- a) O comodato é contrato que se caracteriza como o empréstimo de coisas fungíveis ou infungíveis, desde que gratuito, ou seja, o comodatário recebe e pode usar a coisa independente de pagamento de aluguel, arrendamento ou verba equivalente.
- b) Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito ou força maior.
- c) O comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- d) Não constando do contrato o prazo do comodato, presume-se estabelecido por prazo indeterminado, qualquer que seja a natureza do uso concedido, podendo o comodante pedir a restituição da coisa a qualquer tempo, desde que mediante comunicação prévia e inequívoca, assinalando prazo de 30 dias.

Questão 19

Carlos e Cícero são vizinhos no Município de São Paulo, estabeleceram contrato de mútuo nas seguintes condições: Carlos emprestaria R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a Cícero, que deveria lhe pagar, em 06 (seis) meses, a importância principal acrescida de correção pela variação do dólar norte-americano e juros remuneratórios de 2,5% ao mês.

A respeito do mútuo, que, por livre vontade, veio a ser contratado, é correto afirmar que:

- a) o mútuo é nulo de pleno direito, nada devendo Cícero a Carlos, visto que não são lícitas as condições financeiras do negócio;
- b) Cícero deve pagar o valor principal acrescido da variação cambial, posto que o pacto de juros é ilegal;
- c) o valor devido por Cícero será apenas o montante principal, visto que não se pode aplicar variação cambial e tampouco os juros neste índice;

d) a importância devida será o valor principal acrescido de juros remuneratórios de acordo com o índice legal.

Questão 20

Marcelo emprestou gratuitamente a Henrique, para que expusesse em sua galeria de arte, obra assinada por renomado artista plástico. Enquanto a obra estava exposta, a galeria de artes foi atingida por um raio que incendiou o local. Durante o incêndio, Henrique houve por bem salvar as obras de sua propriedade, tendo em vista possuírem valor maior, abandonando a de Marcelo, que se danificou. O contrato celebrado entre Marcelo e Henrique é de

- a) comodato, que tem como objeto bem infungível, perfaz-se com o acordo de vontades e Henrique responderá pelo dano, não podendo invocar como causa excludente de responsabilidade caso fortuito ou força maior.
- b) comodato, que tem como objeto bem infungível, perfaz-se com a sua tradição e Henrique responderá pelo dano, não podendo invocar como causa excludente de responsabilidade caso fortuito ou força maior.
- c) mútuo, que tem como objeto bem fungível, perfaz-se com o acordo de vontades e Henrique não responderá pelo dano, pois o caso fortuito ou a força maior exclui o nexo de causalidade, afastando o dever de indenizar.
- d) comodato, que tem como objeto bem infungível, perfaz-se com o acordo de vontades e Henrique não responderá pelo dano, pois o caso fortuito ou a força maior exclui o nexo de causalidade, afastando o dever de indenizar.

Disciplina: Direito Processual Civil II Prof ^a : Laurinéia Borges

Questão 21

1) No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar que:

- a) o juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo-lhe obrigatório, para tanto, indicar as suas razões;
- b) é vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz;
- c) os motivos de impedimento e suspeição do juiz não se aplicam aos oficiais de justiça;
- d) se o tribunal acolher a arguição de impedimento do juiz, formulada pela parte, determinará a remessa dos autos ao seu substituto legal, sem condenar o magistrado nas custas.

Questão 22

Dr. Juliano era advogado da empresa MMC Ltda. Estudioso, preparou-se com afinco para o concurso da magistratura paulista e hoje é juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Santos, local onde atuou como advogado durante anos. Agora, ao analisar um processo, descobriu que está sob seu julgamento um caso no qual a empresa MMC é parte, e que o mesmo atuou enquanto advogado desta.

Nesse caso, é correto afirmar que Dr. Juliano

- a) é suspeito para atuar na causa, por isso deverá reconhecer tal suspeição e remeter os autos para seu substituto legal.
- b) está apto a julgar a ação, pois o fato de ter advogado para uma das partes antes de ser juiz em nada interfere na sua atuação e imparcialidade.

c) é impedido, e, se tal impedimento não for reconhecido de ofício, o tribunal fixará o momento a partir do qual ele não poderia ter atuado.

d) é suspeito, pois demonstra ser interessado em julgar a causa a favor do seu ex-cliente.

Questão 23

Relativamente ao título das nulidades, disposto no Código de Processo Civil – CPC/15, podemos afirmar que:

I. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

II. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

III. É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

IV. Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

A sequência correta é:

a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.

c) Apenas a assertiva IV está incorreta.

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

Questão 24

Em determinado processo, o réu não foi citado nem apresentou contestação. O magistrado, além de não declarar o processo nulo, julgou-o, no mérito, favoravelmente ao réu.

Nessa situação hipotética, a conduta do magistrado foi correta porque

a) ele aproveitou atos que não dependem da citação.

b) ele julgou favoravelmente o mérito da causa para a parte que seria beneficiada caso a nulidade fosse decretada.

c) o autor não requereu a nulidade do processo.

d) o autor foi o causador da nulidade.

Disciplina: Direito Constitucional III

Prof: Mário Cesar

Questão 25

Determinada região situada no território do Estado X pretende desmembrar-se deste para se anexar ao Estado Y, ao passo que os Municípios W e Z pretendem fundir-se. A Constituição Federal

a) autoriza o desmembramento do Estado X para se anexar ao Estado Y, mediante aprovação da população interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar; assim como autoriza a fusão dos Municípios W e Z que se fará por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

b) autoriza o desmembramento do Estado X para se anexar ao Estado Y, mediante aprovação da população interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar; assim como autoriza a fusão dos Municípios W e Z que se fará por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta pré-via, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

- c) não autoriza o desmembramento do Estado X para se anexar ao Estado Y, pois permite apenas que os Estados se incorporem entre si ou que se subdividam mediante aprovação da população interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar; autorizando, de outro lado, a fusão dos Municípios W e Z que se fará por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) não autoriza o desmembramento do Estado X para se anexar ao Estado Y, pois permite apenas o desmembramento de Estados para formarem novos Estados ou Territórios, mediante aprovação da população interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar; assim como não autoriza a fusão dos Municípios W e Z, pois permite apenas a criação, a incorporação e o desmembramento de Municípios que se farão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Questão 26

O Governo Federal decretou uma intervenção na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro que deverá vigorar até 31 de dezembro deste ano. Sobre a Intervenção Federal, analise as alternativas e marque a CORRETA.

- a) A União intervirá em seus municípios, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- b) Cessada a intervenção, em nenhum caso as autoridades afastadas retornarão aos seus cargos.
- c) A invasão de um Estado-membro por outro não caracteriza hipótese de intervenção federal, mas sim decretação de estado de sítio pelo Presidente da República.
- d) A Intervenção Federal será espontânea, quando o presidente a decretar para manter a integridade nacional.

Questão 27

À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca do Poder Legislativo, seus órgãos e atribuições,

- a) os Deputados Federais e Senadores são eleitos pelo sistema majoritário.
- b) perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a um quarto das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- c) os Deputados e Senadores são obrigados, ante os princípios da publicidade e da moralidade administrativa, a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- d) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Sobre as normas constitucionais de organização do Estado brasileiro, é CORRETO afirmar:

- a) Os Senadores são os representantes do povo e são eleitos por meio do sistema majoritário de votos.
- b) Os Deputados Federais são os representantes do povo, eleitos, por meio do sistema proporcional de votos, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) No Distrito Federal elegem-se Senadores, mas não se elegem Deputados Federais.
- d) Os Deputados Federais são eleitos por meio do sistema proporcional de votos para representar cada Estado da Federação, bem como o Distrito Federal.

Questão 28

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são uma das formas do Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. Sobre as CPIs, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a Constituição atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário.
- b) A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito depende de autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
- c) Visam apurar ilegalidades no âmbito do legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas para apurar qualquer fato dentro do prazo de uma legislatura, devendo suas conclusões serem remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União.

Questão 29

Considerando as regras constitucionais acerca da imunidade parlamentar, a respeito da prisão processual de Deputado Federal, é correto afirmar que o parlamentar

- a) poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime que cometeu, mas deverá ser obtida a licença da respectiva Casa Legislativa para que possa ser processado criminalmente.
- b) poderá ser preso em flagrante se o crime cometido for inafiançável e a manutenção da prisão dependerá de autorização da Câmara dos Deputados.
- c) poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime cometido, mas a manutenção da prisão dependerá de autorização da respectiva Casa Legislativa no caso de crime afiançável.
- d) poderá ser preso em flagrante se o crime cometido for inafiançável, devendo os autos ser remetidos em 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

**Não espere o incentivo de outros, o primeiro a acreditar no seu
sonho tem que ser você e mais ninguém... Pois se você não
acreditar, quem vai ?**

Com fé, força e determinação, conquistamos tudo!

Graziela Gonçalves